



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE

TERMO DE REFERÊNCIA

1- DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO

Aquisição de equipamentos para vigilância em Saúde sendo 02 (dois) medidores de cloro e 2 Turbidímetros, bolsas padrão Funasa e lâminas para diagnóstico de malária.

2. INTRODUÇÃO

A presente aquisição tem por objetivo o fortalecimento das ações de vigilância em saúde ambiental no município, visando garantir o controle rigoroso da qualidade da água consumida pela população. A utilização de turbidímetros e medidores de cloro é indispensável para o monitoramento dos parâmetros físico-químicos, conforme as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde. Tais equipamentos permitem a detecção imediata de irregularidades no tratamento, prevenindo a propagação de doenças de veiculação hídrica e assegurando a eficiência das intervenções sanitárias. Com a modernização desses instrumentos, a Secretaria Municipal de Saúde busca otimizar a precisão das análises de campo e a agilidade na emissão de laudos técnicos. Assim, a contratação justifica-se pela necessidade contínua de assegurar que a água distribuída atenda aos padrões de potabilidade e segurança exigidos pela legislação vigente.

3. MARCO LEGAL

- Constituição Federal;
- Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021;
- Decreto Municipal nº 2660 de 31 de março de 2023.

A Constituição Federal através do art. 37 inciso XXI, estabelece os seguintes critérios precedentes as compras públicas.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação da EC 19/1998).

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

A licitação é um procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia. Está voltada a um duplo objetivo: o de proporcionar à administração a possibilidade de realizar o negócio mais vantajoso o melhor negócio e o de assegurar aos administrados a oportunidade de concorrerem, em igualdade de condições, à contratação pretendida pela administração. (...) Procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia, a função da licitação é a de viabilizar, através da mais ampla disputa, envolvendo o maior número possível de agentes econômicos capacitados, a satisfação do interesse público. A competição visada pela licitação, a instrumentar a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, impõe-se seja desenrolada de modo que reste assegurada a igualdade (isonomia) de todos quantos pretendam acesso às contratações da administração. A conversão automática de permissões municipais em permissões intermunicipais afronta a igualdade art. 5º, bem assim o preceito veiculado pelo art. 175 da CB. (...) Afronta ao princípio da isonomia, igualdade entre todos quantos pretendam acesso às contratações da administração.

A Lei Federal nº 14.133/2021 preceitua sobre o assunto em tela, em seu art. 6, inciso XXIII, o que segue abaixo colacionado.

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXIII termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- b) Fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
- c) Descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- d) Requisitos da contratação;
- e) Modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) Modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- g) Critérios de medição e de pagamento;
- h) Forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) Estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
- j) Adequação orçamentária;

4. ÓRGÃO DEMANDANTE

Secretaria Municipal De Saúde - SEMSAU

5. OBJETO

A contratação tem como objeto a aquisição equipamentos para vigilância em Saúde, sendo 2 medidor de cloro e 2 Turbidímetros, por meio da Ata de Registro de Preços, destinados ao fortalecimento das ações da Vigilância em Saúde do Município de Itapuã do Oeste RO.

5.1. DESCRIÇÃO DOS ITENS

SEQ	DETALHAMENTO	UND	QUANT.
01	BOLSA EM LONA PADRÃO FUNASA e FNS (Fundo nacional de Saúde) para agente comunitário de saúde, agente de endemias e agente de combate a dengue. Bolsa fabricada em lona de algodão impermeável fio 10 na cor cáqui (mostarda), possui duas divisões internas e um bolso sem lapela, alça regulável em fita de nylon com largura de 50 mm e ombreira em lona. Medidas aproximadas: comprimento: 37 cm / altura: 31 cm / profundidade: 20 cm	Und	20
02	Lâmina de vidro para microscopia, de alta transparência, destinada à confecção de esfregaço sanguíneo e gota espessa para diagnóstico de malária. Material: Vidro neutro, pré-lavado e desgordurado de fábrica para evitar artefatos no exame Dimensões Padrão: Aproximadamente 26 mm X 76mm com espessura entre 1,0 mm e 1,2 mm. Superfície: Lisa, uniforme, livre de bolhas, estrias, manchas ou fungos. Extremidade: Opção de extremidade fosca (em um ou ambos os lados) para permitir a identificação clara do paciente com lápis ou grafite, resistente a reagentes de coloração (como o método de Giemsa ou Walker).	Caixa	100
03	MEDIDOR DE CLORO: COLORÍMETRO PORTÁTIL PARA ANÁLISE DE COR, com as seguintes características: Princípio: Sistema tristímulus (RGB); Faixa de medição: 0 a 500 PtCo; Resolução: 0,1 PtCo; Precisão relativa: 0,2% (fe); Fonte de luz, LED em três comprimentos de onda: 450, 530, 630nm; Menu autoexplicativo; Calibração e check automáticos; Baixo consumo de reagentes; Monitoramento automático da carga da bateria; 99 memórias para armazenamento; Registro e descarga das leituras em padrão "GLP"; Gabinete IP-67; Maleta de transporte em PP, resistente a choques; Amostra mínima: 10mL; Indicação local: Display alfanumérico de 2 linhas x 16 caracteres; Saída digital: RS232; Alimentação elétrica: Bateria de 9Vcc ou eliminador de bateria; Tempo de uso da bateria: Até 60h; Dimensões aproximadas (LAP), mm: 102x217x91; Dimensões aproximadas da maleta (LAP) mm: 420x380x146; Peso aproximado: 3kg; Garantia mínima de 2 anos. Acompanha: Solução padrão de 100 PtCo, com validade mínima de 10 meses no ato da entrega; 3 cubetas calibradas (DxA): 25x60mm; Maleta de transporte; Bateria de 9Vcc e eliminador de bateria; Manual de instruções em português. No ato da inspeção/recebimento, o equipamento deve estar dentro das especificações de fábrica e em funcionamento normal. caso não esteja de acordo com as especificações exigidas e definidas pela	und	2

	fábrica, o fornecedor efetuará manutenção sem qualquer ônus de mão de obra e troca de peça defeituosa.		
04	<p>TURBIDÍMETRO PORTÁTIL MICROPROCESSADO 0 -1000 NTU, com as seguintes características:</p> <p>Medidor de turbidez microprocessado, digital, princípio de medição nefelométrico; sistema óptico composto por dois detectores; Deve possuir filtro de direcionamento do feixe luz para o comprimento de onda requerido, possui função média de sinal, mede e calcula a média das leituras apresentando resultado intermediário; Função rapidly settling; Memória para armazenamento mínimo de 500 dados, permite a transferência de dados via USB, display que permite a visualização de todas as configurações habilitadas para leitura sem pressionar qualquer tecla (ID do analista, ID da amostra, modo de leitura, status da calibração, unidade de medida, data, hora etc.); deve possuir gráfico indicativo do status da calibração, função lembrete de calibração, função de verificação da calibração e armazena histórico de calibrações; desligamento automático se nenhuma tecla for acionada; Deverá apresentar conformidade eletromagnética; Garantia mínima de 2 anos; Dimensões mínimas do display de 100x50 mm; Resolução: 0,01 NTU; Precisão: 1% da leitura mais luz espúria de 0-1000 NTU; Fonte de luz: lâmpada com filamento de tungstênio, que opera a temperatura de 2200-3000 K, com vida útil acima de 100.000 automática do ponto decimal ou manual selecionável de 0 a 9,99/0 a 99,9/0 a 1000 NTU; Grau de proteção: IP67; Alimentação: bateria e fonte de energia bivolt (110/220v).</p> <p>Acompanha:</p> <p>06 cubetas de 25 mm com capacidade de 10 ml, com tampa; padrões de formazina estabilizada (lacrada) nas concentrações de 10, 20, 100 e 800 NTU, com prazo mínimo de validade de 10 meses no ato da entrega; óleo de silicone; pano para limpeza; quantidade de pilhas suficiente para seu funcionamento; fonte de energia bivolt (110/220 v); maleta para transporte; manual de instruções em português e termo de garantia. No ato da inspeção/recebimento, o equipamento deve estar dentro das especificações de fábrica e em funcionamento normal. caso não esteja de acordo com as especificações exigidas e definidas pela fábrica, o fornecedor efetuará manutenção sem qualquer ônus de mão de obra e troca de peça defeituosa.</p>	Und	2

5.2. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação é de **R\$ 34.550,14** (Trinta e quatro mil quinhentos e cinquenta reais e quatorze centavos).

5.3. NATUREZA DO OBJETO

Trata-se de aquisição de bens comuns classificados como **MATERIAIS PERMANENTES E CONSUMO/HOSPITALAR**

6. JUSTIFICATIVA

A presente contratação tem por objeto a aquisição de equipamentos para uso da Vigilância Sanitária do Município de Itapuã do Oeste/RO, sendo: 02 (dois) medidor de cloro e 02 (dois) turbidímetro, destinados à monitoramento e controle da qualidade da água consumida pela população, especialmente em sistemas de abastecimento de água pública e de interesse coletivo. Além da aquisição de Lâminas para o diagnósticos de malárias e mochilas no padrão Funasa

A necessidade da contratação justifica-se pela exigência de instrumentos técnicos adequados à execução das ações de vigilância sanitária, conforme diretrizes estabelecidas pela Portaria GM/MS nº 888/2021, que dispõe sobre os padrões de qualidade da água para consumo humano.

O medidor de cloro permite aferir a concentração de cloro residual livre na água, enquanto o turbidímetro é essencial para avaliar a turbidez, ambos sendo parâmetros obrigatórios de controle e vigilância da potabilidade da água.

As lâminas de malária são insumos essenciais para a coleta de amostras e diagnóstico laboratorial, enquanto as mochilas (estilo FUNASA) garantem a operacionalidade e o transporte seguro de materiais pelos agentes durante as inspeções de campo.

A ausência desses equipamentos compromete a capacidade técnica do setor municipal de vigilância sanitária de realizar ações regulares de fiscalização e monitoramento sanitário da água, colocando em risco a efetividade da política de saúde pública e a segurança sanitária da população.

Assim, a aquisição se mostra indispensável ao cumprimento das competências legais do município previstas na Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde) e se alinha aos princípios da eficiência, prevenção e proteção à saúde coletiva, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021

6.1. Fundamentação da contratação

A presente contratação fundamenta-se na Constituição Federal, art. 37 **inciso XXI**, na Lei Federal nº 14.133/2021; no Decreto Municipal nº 2.660/2023 que Regulamenta o Sistema de Registro de Preços nos Termos da Lei nº 14.133/21, que Dispõe Sobre as Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Municipal e nas demais normas aplicáveis às contratações públicas.

6.2. Descrição da solução como um todo.

A solução proposta consiste na aquisição de 02 (dois) medidores de cloro e 02 (dois) turbidímetros, com vistas a estruturar e aprimorar as atividades de monitoramento e controle da qualidade da água realizadas pela Vigilância em Saúde do Município de Itapuã do Oeste/RO. Considerando o ciclo de vida do objeto, a solução abrange:

1. Planejamento e aquisição: Seleção de equipamentos que atendam às normas técnicas e sanitárias aplicáveis, com garantia de precisão nas medições e facilidade de manuseio pelos agentes sanitários. A escolha de modelos portáteis e digitais visa facilitar o transporte e a utilização em campo.
2. Entrega, instalação e recebimento: Os equipamentos deverão ser entregues acompanhados de manuais, certificados de calibração (quando aplicável) e garantia do fabricante. Será realizado o recebimento definitivo após a conferência técnica e operacional.

3. Capacitação e operação: A operação será realizada por profissionais da Vigilância Sanitária devidamente capacitados, garantindo a correta utilização dos aparelhos em conformidade com as especificações técnicas do fabricante.

5. Suporte técnico e reposição de peças: A contratação priorizará fornecedores que ofereçam assistência técnica autorizada no Brasil, com reposição de peças originais e suporte em caso de defeitos ou necessidade de calibração.

6. Descarte e substituição futura: Ao final da vida útil, será adotado procedimento de descarte adequado, conforme normas ambientais e sanitárias vigentes, podendo-se planejar substituição futura de forma programada e eficiente.

Dessa forma, a solução assegura efetividade, durabilidade e sustentabilidade da aquisição, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento contínuo da administração pública, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Equipamentos devem ser novos, de primeiro uso, em embalagem original, com número de série visível.

Acompanhados de nota fiscal, termo de garantia e manual técnico em português.

Produtos devem estar em conformidade com normas técnicas nacionais ou internacionais aplicáveis.

Preferência por equipamentos com selo INMETRO ou documentação equivalente de conformidade técnica.

A contratação tem por objetivo garantir que os equipamentos adquiridos atendam aos parâmetros técnicos necessários à execução das atividades de vigilância da qualidade da água, de acordo com as exigências da Portaria GM/MS nº 888/2021, e com base nos princípios da eficiência e do interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

a. **Levantamento de Necessidades:** A área requisitante encaminhou a demanda à secretaria, solicitando os itens, bem como suas quantidades.

b. **Elaboração do Termo de Referência:** Com base nas necessidades identificadas, a equipe responsável elaborará o presente Termo de Referência, contendo a descrição detalhada do objeto, especificações técnicas, estimativas de quantidades, critérios de aceitação, condições de fornecimento e demais informações necessárias para subsidiar o procedimento licitatório, em conformidade com a legislação vigente.

c. **Publicação do Edital:** A área competente promoverá a publicação do edital de licitação, visando ao Registro de Preços para futura e eventual aquisição dos equipamentos para a vigilância em saúde, observada a modalidade licitatória cabível. Recebimento e Avaliação das Propostas: As propostas apresentadas serão analisadas quanto à conformidade com as especificações técnicas, preços ofertados, prazos de entrega e demais exigências previstas no edital. Adjudicação e Homologação: Após o julgamento das propostas e

habilitação do(s) licitante(s) vencedor (es), o objeto será adjudicado e o processo homologado pela autoridade competente.

d. **Contratação e Fornecimento:** Formalização da Ata de Registro de Preços: Será formalizada Ata de Registro de Preços com o(s) fornecedor(es) vencedor(es), estabelecendo as condições para futuras contratações, conforme disposto no edital e seus anexos.

e. **Recebimento e Aceitação:** Recebimento Provisório: O recebimento será realizado pelas Comissão de recebimento, com a verificação preliminar da conformidade dos itens entregues em relação às especificações contratuais. Recebimento Definitivo: Após a conferência e constatação da adequação equipamentos, será formalizado o recebimento definitivo. Caso sejam identificados irregularidades, defeitos ou não conformidades, o fornecedor deverá proceder à substituição ou correção no prazo estipulado, sem ônus para a Administração.

f. **Monitoramento e Controle:** Acompanhamento da Execução: A execução do fornecimento será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, garantindo o cumprimento das condições estabelecidas na ARP e nos instrumentos de contratação.

8.1. Da possibilidade de subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, tendo em vista, o objeto contemplar em sua totalidade a especificação/descrição da necessidade do município para que o mesmo possa fazer uso.

9. LOCAL DE ENTREGA

Os equipamentos serão entregues na Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Ayrton Senna, 1425, CEP: 76861-000 Bairro: Centro, nos seguintes horários: De segunda a sexta-feira das 07h30min às 13h30min, exceto feriados e finais de semana.

10. PRAZO DE ENTREGA

O prazo de entrega será de até 20 (VINTE) dias corridos, contados a partir da confirmação por e-mail do recebimento da nota de empenho, considerando que a ciência do ato será a data de confirmação de leitura do seu teor pelo destinatário.

A não conformação do recebimento do e-mail, pelo fornecedor não se configura como causa interruptiva ou suspensiva do prazo de entrega. Presume-se válida a notificação enviada ao endereço eletrônico cadastrado pela licitante, recaiando sobre esta o dever de diligência, de modo que o silêncio ou a omissão não a exime das sanções administrativas cabíveis por atraso na execução.

11. DA CONDIÇÃO DE ENTREGA

Os itens deverão ser entregues no local indicado no item 9 deste Termo de Referência, em dias úteis e em horário previamente definido pela Administração.

a. O prazo máximo para entrega dos materiais será de até 20 (VINTE) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, podendo ser prorrogado mediante justificativa formal e aceitação da Administração.

b. Os equipamentos deverão ser entregues novos, sem uso, em perfeitas condições, devidamente embalados, acompanhados de manuais, certificados de garantia, notas fiscais e demais documentos exigidos pela legislação vigente.

- c. O transporte, a carga e a descarga dos materiais e equipamentos serão de inteira responsabilidade do fornecedor, não sendo admitida a cobrança de quaisquer valores adicionais.
- d. O recebimento dos itens será realizado de forma provisória, no prazo de 10 (DEZ) dias para verificação da conformidade com as especificações técnicas, e definitiva, após a constatação de que os materiais atendam integralmente às condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- e. Constatadas irregularidades, avarias, defeitos de fabricação ou desacordo com as especificações, o fornecedor deverá proceder à substituição ou correção dos itens no prazo estabelecido pela Administração, sem ônus, sob pena de aplicação das sanções previstas.
- f. Os materiais devolvidos deverão ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, à custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- g. Recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

12. DO RECEBIMENTO

- a. O recebimento do objeto será realizado em conformidade com o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, compreendendo as etapas de recebimento provisório e recebimento definitivo.
- b. Recebimento provisório será efetuado no ato da entrega ou em até 10 (DEZ) dias úteis, contados da entrega dos equipamentos, para efeito de verificação preliminar da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na Ordem de Fornecimento.
- c. O recebimento definitivo ficará condicionado à comprovação de que os itens entregues atendem integralmente às especificações técnicas, bem como à apresentação da nota fiscal, manuais, termos de garantia e demais documentos exigidos, quando aplicável.
- d. Constatadas irregularidades, defeitos, vícios aparentes ou não conformidades durante o período de verificação, o fornecedor será formalmente notificado para proceder à substituição, correção ou complementação dos itens, no prazo estabelecido pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- e. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade do fornecedor por vícios ocultos, defeitos ou desconformidades posteriormente identificadas, nos termos da legislação vigente.

13. DA GARANTIA DO OBJETO

- a. A Garantia dos equipamentos deve ser conforme especificação do fabricante, condicionada a apresentação da respectiva data de validade dos produtos. Quando da entrega e fornecimento/entrega, os materiais deverão gerar garantia de no mínimo 01 (um) ano.
- b. A empresa vencedora do certame obriga-se a fornecer o objeto a que se refere este Termo de Referência de acordo estritamente com as especificações aqui descritas, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado no seu recebimento não estar em conformidade com as referidas especificações.
- c. A empresa contratada deverá no tocante ao fornecimento e entrega do item objeto deste Certame, obedecer a todas às disposições legais pertinentes.

14. DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado em até 30 (TRINTA) dias corridos, **contado a partir da data da liquidação da Nota Fiscal Eletrônica**, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, após verificada a regularidade da

entrega dos materiais e a conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

O pagamento será efetuado de acordo com a quantidade efetivamente entregue observando-se o disposto na Nota de Empenho e demais documentos pertinentes.

Para fins de liberação do pagamento, a empresa contratada deverá encaminhar por e-mail, sempre que solicitado, as seguintes comprovações de regularidade fiscal e trabalhista:

- I.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- II.** Certidões Negativas de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- III.** Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias (INSS);
- IV.** Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- V.** Certidão Negativa de Débitos Estaduais (unidade federativa da sede da empresa);
- VI.** Certidão Negativa de Débitos Municipais (município sede da empresa);
- VII.** Declaração do Simples Nacional, quando aplicável.

A Nota Fiscal/Fatura deverá conter, de forma clara e visível:

- a)** Número do Processo Administrativo,
- b)** Número do Pregão (quando houver),
- c)** Número da Nota de Empenho e os dados bancários da contratada, a fim de agilizar o trâmite interno para conferência e pagamento.

O pagamento será realizado preferencialmente mediante depósito bancário em moeda corrente nacional, na conta indicada pela contratada.

Caso seja verificado qualquer erro, divergência ou omissão na documentação fiscal apresentada, o prazo para pagamento será suspenso até a devida correção por parte da contratada, não cabendo quaisquer acréscimos financeiros pelo período de suspensão.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicada pelo contratado.

Considera-se como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

14.1. Retenções tributárias

No ato do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável, ressalvado o disposto para optantes do Simples Nacional.

O contratado que for optante do Simples Nacional, conforme Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenções relativas aos tributos compreendidos no referido regime, desde que comprove sua condição, mediante documento oficial atualizado. A ausência de comprovação sujeitará o pagamento às retenções legais cabíveis.

14.2. Critérios de Medição

14.2.1. Liquidação

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a)** Prazo de validade;
- b)** A data da emissão;
- c)** Os dados do contrato e do órgão contratante;

- d) Período respectivo de execução do contrato;
- e) Valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Para a liquidação de despesas, o setor competente deve verificar se a nota fiscal ou documento equivalente contém elementos essenciais como validade, data de emissão, dados do contrato, período de execução, valor a pagar e eventuais retenções tributárias.

Erros ou irregularidades na nota fiscal devem ser corrigidos pelo contratado, e a liquidação só prosseguirá após a regularização, sem custos adicionais para o contratante. A nota fiscal deve ser acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, verificada via SICAF ou outras fontes oficiais.

A Administração consultará o SICAF para confirmar as condições de habilitação e identificar impedimentos. Se for constatada irregularidade, o contratado será notificado para regularizar a situação ou apresentar defesa em 5 dias úteis, com possibilidade de prorrogação.

Sem regularização ou com defesa improcedente, o contratante comunicará a inadimplência aos órgãos fiscais e adotará medidas para garantir os créditos devidos. Persistindo a irregularidade, medidas para rescisão contratual serão tomadas, garantindo ampla defesa ao contratado.

Os pagamentos continuarão normalmente se o objeto do contrato for executado até a decisão sobre a rescisão, caso a regularização não ocorra.

15. COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

A composição dos preços foi realizada através do software BANCO PREÇOS, obtendo uma média, por meio de três aquisições de outros órgão, do mesmo item com descrições semelhantes aos itens deste Termo de Referência.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da contratada:

- a) Responsabilizar-se integralmente pelos materiais e equipamentos adquiridos, nos termos da legislação vigente.
- b) Efetuar atendimento de emergência a qualquer hora do dia e, se for o caso, nos finais de semana e feriados, a critério da CONTRATANTE;
- c) Fornecer os produtos dentro dos parâmetros estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- d) Cumprir fielmente o que estabelece o edital e seus anexos, assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais, sociais e comerciais resultantes da adjudicação da futura licitação.
- e) A empresa contratada deverá dispor de corpo funcional próprio, necessários para a entrega dos equipamentos.
- f) A contratada deverá permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização, auditoria interna e externa durante a vigência do contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.
- g) Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais, comerciais, seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho se for o caso, bem como pelas despesas diretas e indiretas necessárias à boa realização do objeto da contratação, devendo ainda arcar com a despesa

decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários durante a execução do contrato.

h) Responder por quaisquer, danos ou prejuízos causados a terceiros devido à negligência ou imperícia de seus funcionários, responsabilizando-se pelas indenizações respectivas, decorrentes de sua culpa ou dolo no cumprimento do Contrato.

i) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital e seus anexos

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem-se obrigações da contratante:

a) Comunicar imediatamente a Contratada, se houver alguma irregularidade;

b) Efetuar o pagamento a contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no Termo de Referência;

c) Promover, por meio do Fiscal do Contrato, o acompanhamento, a fiscalização e o recebimento dos materiais ou equipamentos;

d) Garantir o cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

e) Prestar todas as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pela CONTRATADA, adotar, sempre que necessárias medidas que visem sanar qualquer dificuldade encontrada para a perfeita condição dos objetos;

f) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias, a Administração não respondera por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados a execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

g) Realizar precedente a formalização de termo de contrato, os procedimentos discriminados no art.91 §4º da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

18. MODO DE DISPUTA

ABERTO

19. DA PREFERÊNCIA LOCAL/REGIONAL

Não há preferência

20. DA EXCLUSIVIDADE OU NÃO ME/EPP/MEI

Não se aplica a exclusividade para ME/EPP/MEI.

A eventual adoção da exclusividade poderia comprometer a competitividade do certame, circunstância que pode restringir a participação de fornecedores e resultar em prejuízo à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Ressalta-se que a não aplicação da exclusividade não impede a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sendo assegurado o tratamento favorecido previsto na legislação vigente, quando cabível.

Dessa forma, com fundamento no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, bem como nos princípios da competitividade, economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021, justifica-se a não adoção da exclusividade para ME/EPP/MEI no presente certame.

21. JUSTIFICATIVA POR TER OU NÃO COTAS ME/EPP/MEI

Não contempla.

Em conformidade com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e a Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, que visam apoiar a participação de microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs) nas contratações públicas, é previsto um tratamento diferenciado que inclui a possibilidade de reserva de cotas de até 25% do valor das contratações para essas empresas. No entanto, a aplicação dessas cotas deve ser considerada com base em diversos fatores que garantam a eficiência e a transparência dos processos licitatórios.

Justificativas para a Não Aplicação das Cotas de até 25%

Ampla Competitividade: a não aplicação do benefício de exclusividade previsto no Art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006, com fulcro no Art. 49, II e III da mesma norma. A restrição a apenas micro e pequenas empresas poderia limitar o número de fornecedores capazes de fornecer os itens, conforme exigido nas especificações técnicas. Assim, a abertura para empresas de qualquer porte visa garantir a seleção da proposta mais vantajosa e evitar que o item seja declarado deserto por falta de interessados que cumpram os requisitos técnicos

Além disso, conforme levantamento de mercado realizado, verifica-se que o objeto não se caracteriza como padronizado ou de baixa complexidade, sendo necessária a participação de fornecedores com estrutura produtiva diversificada, equipamentos adequados e experiência comprovada para assegurar o atendimento integral e contínuo das necessidades da Administração.

Ressalta-se, ainda, que o conjunto dos itens contempla materiais que, pela sua natureza e diversidade, não permite a segregação do objeto de forma a garantir a execução exclusiva por ME/EPP/MEI sem prejuízo à competitividade, à economicidade e ao interesse público.

Dessa forma, visando assegurar a ampla concorrência, a seleção da proposta mais vantajosa e a adequada execução contratual, não será adotado o regime de exclusividade para ME/EPP/MEI, permanecendo assegurado o tratamento diferenciado e favorecido previsto na legislação vigente, quando aplicável

22. CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Poderão participar da futura licitação as empresas que estiverem regulares com as certidões mencionadas no art. 68 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e conforme documentações solicitadas no item 23 e seus subitens deste termo de Referência.

O fornecedor será selecionado por meio de licitação na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, adotando o critério de julgamento pelo menor preço **POR ITEM**, observadas integralmente as especificações técnicas, quantitativos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital.

22.1. Formas de Fornecimento

O fornecimento do objeto será realizado de forma **TOTAL**, observado que os equipamentos a serem adquiridos são permanentes e a quantidade estabelecida neste Termo de Referência, não é possível o seu parcelamento.

23. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, as licitantes deverão apresentar os documentos a seguir relacionados, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021:

23.1. Regularidade Jurídica

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) **Empresário Individual:** inscrição no Registro Pública de Empresa Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) **Micro empreendedor Individual MEI:** certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará á verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- g) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

23.2. Regularidade fiscal

- a) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- b) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;
- c) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante;
- d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos Estaduais ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma de lei.

23.3. Regularidade Trabalhista

- a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943

23.4. Regularidade Econômica

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

24. DO CONTRATO

24.1. Modelo de Gestão do contrato

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

24.2. Prazo do Contrato

Os contratos administrativos terão a duração de 1 (um) exercício financeiro, e deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas e as normas da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial conforme Art. 115 da referida Lei. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente. O adjudicatário terá o prazo de cinco dias úteis, contados a partir de sua convocação, para assinar o Termo de contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho, Carta Contrato, Autorização).

24.3. Possibilidade de Prorrogação

A duração do contrato será de um ano (artigo 105 da lei 14.133) podendo ser prorrogado por igual período, desde que haja disponibilidade de crédito orçamentário, bem como a previsão no Plano Plurianual

24.4. Do Reajuste

Os preços contratados poderão sofrer reajuste, em caso de prorrogação da vigência da ata, aplicando-se o índice IPCA cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021 Os Critérios de alteração dos Contratos deverão obedecer às cláusulas que regem as justificativas conforme Art. 124 da Lei 14.133 de 01 de Abril de 2021. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 desta Lei.

A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês conforme Art. 132 da Lei 14.133 de 01 de Abril de 2021.

Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados. (Art. 134 da Lei 14.133 de 01 de Abril de 2021.)

24.5. Da Rescisão contratual

A rescisão contratual poderá ter lugar de pleno direito se:

- a) Durante a vigência do instrumento de contrato, a empresa CONTRATADA, sustar, interromper, deixar de entregar os itens/produtos solicitados pela CONTRATANTE, de acordo com o entendimento preconizado na Lei Federal 14.133/21, de 1º de abril de 2021.
- b) Nos casos em que a empresa CONTRATADA receber da CONTRATANTE mais de 2 (duas) advertências formais, comunicando o não cumprimento da entrega dos materiais, sem justa causa, ou prévia comunicação a administração;
- c) A empresa CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos de rescisão conforme Lei Federal nº 14.133/21.

24.6. Da Fiscalização

Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.

24.7. Da gestão do contrato

24.7.1. Atribuições do gestor:

- a) O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

- b)** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- c)** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- d)** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, comete infração administrativa, nos termos da lei contidas no Art. 155, incisos IV, V, VI, VIII, IX, X, XI e XII da Lei Federal nº 14.133/2021 e ficará impedido de licitar e de contratar com o Município, Estado e com a União, e será descredenciado dos cadastros de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, ficando ainda sujeita, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação vigente, às seguintes penalidades:

- a) Advertência** por escrito: Sempre que forem constatadas falhas na execução do contrato.
- b) Multa**, conforme descrito na tabela 01: Até o 30º (trigésimo) dia de atraso no cumprimento das obrigações.
- c) Multa** de 20% (vinte por cento) do valor total contratado: A partir do 31º (trigésimo primeiro dia) de atraso, o que ensejará a rescisão contratual.
- d) Suspensão** temporária de participação em licitação e **impedimento** de contratar com a Administração Pública por prazo não superior a 05(cinco) anos, de acordo com o Decreto nº 5.450/05.
- e)** Declaração de **inidoneidade** para licitar e contratar com a Administração Pública, com fulcro no Art. 156, IV, da Lei Federal nº 14.133/21, quando a CONTRATADA deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé.
- f)** Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir (Tabela 1):

Tabela 1

Item	Descrição da infração	Grau	Multa*
1	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
2	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso; por ocorrência.	06	4,0% por dia
3	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia

Item	Descrição da infração	Grau	Multa*
4	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
5	Deixar de Efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato, apresentando planilhas de custo; por dia e por ocorrência.	05	3,2% por dia
6	Deixar de Cumprir prazo previamente estabelecido com a FISCALIZAÇÃO para fornecimento de materiais ou execução de serviços; por unidade de tempo definida para determinar o atraso.	03	0,8% por dia
7	Deixar de Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
8	Deixar de Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
9	Deixar de Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por seus funcionários, em veículos, equipamentos, etc.	02	0,4% por dia
10	Deixar de Manter a documentação de habilitação desatualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia

* Incidente sobre o valor global do contrato.

25.1. Disposições Adicionais

25.1.1. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

25.1.2. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

25.1.3. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

25.1.4. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidamente e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente.

25.1.5. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, e, no caso de suspensão de licitar, a CONTRATADA será descredenciada por até 05(cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e nas demais cominações legais.

25.1.6. A empresa vencedora somente poderá solicitar o cancelamento parcial de item(ns), por motivo de força maior, ou seja, caso venha a constatar a proibição da substância e/ou esgotamento de uma molécula ou princípio ativo.

25.1.7. Ocorrendo a solicitação de cancelamento parcial, sem motivo plausível, a empresa será desclassificada, chamando o próximo colocado.

Os licitantes que incorrerem nas infrações contidas no Art. 155, após o devido processo administrativo, estarão sujeitos às sanções previstas no Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

26. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: Prefeitura Municipal de Itapua do Oeste.

02.05.05 FUNDO MUN. DE SAÚDE - BLOCO CUSTEIO- VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Funcional programática:

10 304 0006 2041 0000 promoção dos serviços e ações da vigilância

10 305 0006 2043 0000 manutenção e funcionamento dos serviços e ações da vigilância em saúde

Elemento de despesas:

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

27. DO REGISTRO DE PREÇOS

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme estabelecido no Art. 82 da Lei nº 14.133/2021, apresenta diversas vantagens, especialmente ao considerar o critério de menor preço e as modalidades de concorrência e pregão. As principais vantagens do SRP são descritas a seguir:

a) Acelera a aquisição de produtos e serviços. Uma das grandes vantagens do SRP em licitações é a possibilidade de adquirir produtos e serviços de forma muito mais rápida. Diferentemente dos processos de licitação tradicionais, que requerem a abertura de editais a cada necessidade, o SRP mantém ofertas interessantes disponíveis no registro para quando a administração pública precisar. Isso resulta em uma entrega mais acelerada dos bens ou serviços contratados, economizando tempo.

b) Diminui a necessidade de licitações. O SRP reduz a necessidade de realizar diversos processos de licitação, o que agiliza e facilita o trabalho da administração pública. No caso de serviços e produtos recorrentes, abrir um novo edital a cada necessidade se torna muito contraproducente. O SRP vai ao encontro do princípio da economicidade, pois um processo de licitação gera custos. Além disso, garante maior transparência e economia de recursos.

c) Aumenta a competitividade. O uso do SRP aumenta a competitividade entre os fornecedores. Os licitantes que fizerem suas ofertas podem entrar em acordo com a administração para oferecer seus serviços ou produtos pelo valor igual ao do que venceu a licitação, incentivando uma competição saudável e benéfica para o poder público.

d) Economiza recursos. O SRP permite ao órgão público economizar recursos, pois não exige uma reserva orçamentária prévia. O sistema permanece à disposição do governo, sem a necessidade de comprar novos lotes quando a demanda ultrapassa o pedido inicial. Isso evita gastos com a abertura de novas licitações e a aquisição de bens, resultando em economia para a administração pública.

27.1. quantidade máxima de cada item a ser adquirido por pedido

A quantidade máxima a ser solicitada de cada item, por pedido, é de **50%** da quantidade do item de acordo com o que está sendo registrado.

27.2. Quantidades Mínimas a ser cotadas

Não é permitido que o fornecedor ofereça proposta ou cotação em quantidade inferior à especificada no edital.

27.3. Possibilidade prever preços diferentes

Não é possível prever preços diferentes para os itens, o valor proposto já deve contemplar a possibilidade de entregas conforme o item 5.2 do Termo de Referência.

27.4. Possibilidades de oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto em edital

É vedado ao licitante oferecer preço ou proposta em quantidade inferior à solicitada por este órgão.

27.5. Critérios de julgamento

O fornecedor será selecionado por meio de licitação na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, adotando o critério de julgamento pelo menor preço **POR ITEM**, observadas as especificações técnicas e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital. Conforme item 22 deste termo de referência.

27.6. Condições para atualização de preços registrados

27.6.1. Distinção entre Revisão, Reajuste e Repactuação

É crucial não confundir a revisão dos preços com os institutos de reajuste e repactuação. A revisão, ou reequilíbrio econômico-financeiro, é baseada na Teoria da Imprevisão, que exige a comprovação de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, que dificultem ou impeçam a execução do contrato (e.g., aumento exacerbado do petróleo ou gasolina).

27.6.2. Base Legal

A revisão tem fundamento no Art. 124 da Lei nº 14.133/2021 e nos artigos 17, 18 e 19 do Decreto Federal nº 7892/13. Não há um prazo mínimo para sua concessão; a revisão pode ocorrer sempre que comprovado o aumento dos custos gerador de ônus insuportável ao fornecedor, podendo ocorrer um dia, uma semana ou um mês após a assinatura da Ata de Registro de Preços.

27.6.3. Procedimento em Caso de Preço Registrado Superior ao de Mercado

a) Convocação para Negociação: Se o preço registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço.

b) Liberação do Compromisso: Caso o fornecedor não aceite reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado sem aplicação de penalidades administrativas.

c) Convocação de Fornecedores do Cadastro Reserva: O gerenciador convocará os fornecedores do cadastro reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado. Não serão convocados os licitantes ou fornecedores com registro cancelado.

d) Cancelamento da Ata de Registro de Preços: Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

e) Comunicação aos Órgãos e Entidades: Em caso de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para avaliar a conveniência e oportunidade de negociar a alteração contratual, conforme Art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

27.6.4. Procedimento em Caso de Preço de Mercado Superior ao Registrado

a) Requerimento de Alteração: Se o preço de mercado se tornar superior ao registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações, poderá requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante

comprovação de fato superveniente.

b) Documentação Comprobatória: O fornecedor deverá apresentar, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado.

c) Indeferimento do Pedido: Se não comprovada a existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido e o fornecedor deverá cumprir as obrigações, sob pena de cancelamento do registro e aplicação de sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

d) Convocação de Fornecedores do Cadastro Reserva: Em caso de cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

e) Atualização do Preço Registrado: Se comprovada a majoração do preço de mercado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado de acordo com a realidade dos valores praticados no mercado. Esta alteração será comunicada aos órgãos e entidades que firmaram contratos decorrentes da ata de registro de preços para avaliar a necessidade de alteração contratual, conforme Art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

27.6.5. Procedimento de Atualização da Ata de Registro de Preços

O procedimento para a atualização da Ata de Registro de Preços será conduzido pela Administração Pública, mediante prévia análise técnica e jurídica, observando os princípios da publicidade, competitividade e eficiência, garantindo a participação de todos os fornecedores interessados.

27.6.6. Documentação Necessária

Os fornecedores interessados na atualização da ata deverão apresentar a documentação exigida pela legislação vigente, incluindo comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e demais requisitos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

27.7. Do prazo de validade

O Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a partir da assinatura da ata de Registro de Preços e sua publicação em diário oficial. Durante esse período, a Secretaria poderá decidir se deseja adquirir os itens especificados neste Termo de Referência. A ata de registro de preços terá inicialmente um prazo de vigência de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, mediante comprovação da vantagem econômica, conforme estabelecido no Art. 84 da Lei nº 14.133, de 01 de Abril de 2021. Essa flexibilidade permite à Secretaria ajustar suas aquisições de acordo com as necessidades e condições econômicas vigentes.

27.8. Hipóteses de cancelamento da ARP e suas consequências

27.8.1. Motivos para Cancelamento

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador nos seguintes casos:

a) Descumprimento das condições da ata de registro de preços sem motivo justificado.

b) Não retirada da nota de empenho ou instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável.

c) Não aceitação de manter seu preço registrado, conforme previsto no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023.

d) Sofrimento de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

27.8.2. Manutenção do Registro em Caso de Sanção

Caso a penalidade aplicada ao fornecedor, conforme previsto nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços. No entanto, contratações derivadas da ata serão vedadas enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

27.8.3. Procedimento para Cancelamento

O cancelamento de registros nas hipóteses acima será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

27.8.4. Convocação do Cadastro de Reserva

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

27.8.5. Cancelamento de Preços Registrados

O cancelamento dos preços registrados, total ou parcialmente, em determinada ata de registro de preços, poderá ser realizado pelo gerenciador nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

a) Por razão de interesse público.

b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, conforme os artigos 26, § 3º, e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023,

27.9. Vedações a participação do órgão em mais de uma ata de registro de preço

É vedada a participação do órgão/entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto durante o período de validade em que já estiver participando. Essa restrição visa centralizar as compras em um único contrato, minimizando os custos administrativos relacionados à gestão de contratos múltiplos. Além disso, busca-se evitar conflitos de interesse, garantindo a imparcialidade e a integridade nos processos de contratação.

27.10. Do cadastro reserva

27.10.1. Registro e Cadastro de Reserva

27.10.1.1. Inclusão na Ata

Serão incluídos na ata, na forma de anexo, os registros dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação, e mantiverem sua proposta original.

27.10.1.2. Ordem de Classificação

Nas contratações, será respeitada a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

27.10.1.3. Formação de Cadastro de Reserva

O registro tem por objetivo formar um cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

27.10.1.4. Habilitação do Cadastro de Reserva:

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no edital.

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas.

27.10.1.5. Divulgação do Preço Registrado:

O preço registrado, com indicação dos licitantes e fornecedores, será divulgado no Portal da Transparência e no Diário Oficial do Município - AROM) e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

27.10.1.6. Convocação de Licitantes Remanescentes

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

27.10.1.7. Negociação com Licitantes Remanescentes:

Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração poderá:

- a) Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário.
- b) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

27.10.1.8. Compromisso de Fornecimento

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar. É facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

27.11. Gerencia da ata de registro de preços

A Administração e o gerenciamento da presente ata caberá à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEMAP, nos termos do art. 27 do [Decreto Municipal nº 2660/2023](#) que disciplina o sistema de registro de preços no âmbito desta Prefeitura.

28. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos não contemplados neste documento serão resolvidos de acordo com a legislação em vigor, especialmente a Lei de Licitações e Contratos nº 14.133, de 1º de Abril de 2021. Qualquer modificação necessária neste Termo de Referência deve ser previamente autorizada pela Secretaria Municipal de Saúde deste Município.

29. DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir as dúvidas não solucionadas administrativamente oriundas do cumprimento das obrigações estabelecidas.

30. ELABORAÇÃO, REVISÃO E APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA.

ELABORADO POR:

DANIEL RODRIGUES DA SILVA

ASSESSOR DE APOIO OPERACIONAL

MAT. 7178

REVISADO POR:

RODOLPHO MARINS DE LIMA ARCO

Secretário Municipal de Saúde SEMSAU

Port. Nº 071/GAB-PMIO/2025

APROVADO POR:

IDIZNEI CASTRO MARTINS

CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

MAT. 4253

Itapuã do Oeste, 22 de abril de 2026

Rua Airton Senna, 1425 - Centro - Itapuã do Oeste/RO CEP: 76861-000
Contato: (69) 3231-2330 - Site: www.itapuadoeste.ro.gov.br - CNPJ: 63.761.936/0001-55



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL RODRIGUES DA SILVA, DIR. DEPTO PRODUÇÃO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE**, em 22/04/2026 às 08:06, horário de Itapuã do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 2.043 de 13/01/2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODOLPHO MARINS DE LIMA ARCO, SECRETÁRIO (a) MUNICIPAL DE SAÚDE**, em 22/04/2026 às 08:44, horário de Itapuã do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 2.043 de 13/01/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.itapuadoeste.ro.gov.br, informando o ID **505668** e o código verificador **1E835FB9**.

Referência: [Processo nº 5-497/2026](#).

Docto ID: 505668 v1